

Uma alternativa crítica à matriz smithiana da ordem liberal: as perspectivas de Steuart e Marx.

Maria Mello de Malta
IE/UFRJ
Angela Ganem
UFF

1. Introdução:

O objetivo do trabalho é discutir, na história do pensamento econômico, as bases para a formação de uma leitura heterodoxa sobre a ordem econômica e social. Usando como contraponto a formulação liberal de Adam Smith, apresentaremos os autores Steuart e Marx, como os componentes da matriz heterodoxa dos séculos XVIII e XIX. Esta matriz carrega consigo a concepção de uma ordem econômica e social que rompe com o espontaneísmo smithiano e reconhece a importância do Estado e os limites do indivíduo.

Marx e Steuart, nossos autores escolhidos para o desenvolvimento deste argumento, possuem influência política quase antagônica, porém são capazes de formular um conceito de ordem social e econômica que nega o naturalismo da ordem liberal. Trabalha-se, então, as noções de indivíduo e ordem nestes autores, ambos conceitos institucional e historicamente constituídos. A partir de elementos de escolha social fundamentalmente não naturais é explicada a preocupação com o processo de desenvolvimento econômico e social nesta matriz de pensamento.

É interessante notar que o caminho teórico que explora o indivíduo como a origem da explicação da economia e da ordem social, trilhado por grande parte da filosofia moral dos séculos XV a XVIII deu origem a duas formas diferentes de pensar o funcionamento da economia e a determinação da ordem social. De um lado encontramos a solução smithiana do mercado, refinando as bases do liberalismo, que após o abandono do princípio do auto-interesse, foi “maximizada” pelos marginalistas. Estes incorporam a razão maximizadora como explicação para o comportamento do indivíduo e substituem o bem estar de Smith pelo equilíbrio geral walrasiano para explicar a ordem social e econômica emanada do mercado. Por outro lado, Steuart propõe uma solução teórica que pode ser pensada como parte de um

caminho que se abre para uma perspectiva mais heterodoxa¹ que compreende que a ação do indivíduo, além de limitada, está mediada pelas instituições, pelas leis e pelo Estado na determinação do funcionamento da economia e da sociedade. Tal caminho, só seria retomado e revolucionado por Marx que, mesmo reconhecendo a categoria indivíduo, concebe a ordem no capitalismo como o resultado de um processo histórico embasado em instituições socialmente constituídas.

No primeiro movimento do texto trataremos, de um ponto de vista crítico-filosófico, da explicação da ordem social do mercado em Smith, tendo em vista não apenas sua importância como referência para o entendimento da ordem liberal, como o papel que suas idéias desempenharam na história do pensamento e na história das idéias. Neste sentido, apresentaremos, ainda que de forma sucinta, algumas polêmicas em torno de sua obra, do conceito de mão invisível e da questão sobre a explicação espontânea para a ordem do mercado, especificamente no que tange a necessidade ou não para a sua validação de componentes extra-econômicos, em especial da moral.

O segundo movimento trata da concepção steuartiana de ordem que considera o indivíduo e seu auto-interesse como seus motores, porém indica que a direção de todo o percurso que determina a ordem econômica e social depende da mediação do Estado e das leis, sem os quais não haveria porque existir qualquer ordem harmônica.

Finalmente, o terceiro movimento do texto trata do radicalismo da concepção de ordem em Marx. A ordem histórica marxista tem forte relação com a noção steuartiana de que não há tal coisa como a ordem espontânea e natural proposta pelos liberais. Porém, ao invés de considerar que a ordem possível é apenas aquela capitalista e guiada pelo Estado, como fez Steuart, propõe a possibilidade de obtenção de várias ordens sociais diferentes a partir de interações histórico-sociais distintas.

O trabalho conclui no sentido de destacar a existência de uma matriz heterodoxa que nasce em Steuart e é recuperada e em Marx e que, ao romper com o naturalismo e o espontaneísmo da ordem liberal de Smith, se apresenta como uma fonte alternativa de reflexão para a compreensão do mercado nas sociedades capitalistas.

¹ Consideramos como caminho heterodoxo aquele que vai dar nas teorias chamadas atualmente de heterodoxas. É fato que em seu contexto histórico Steuart representava a “ortodoxia” enquanto Smith era o “heterodoxo”.

2. A ordem social em Smith

Entendemos a solução smithiana da ordem social liberal como a palavra final da modernidade na explicação da lógica dos fenômenos coletivos a partir de uma *démarche* individual. Isto significa uma dupla injunção: entender a solução da ordem espontânea do mercado como superior à solução do contrato e reivindicar para o campo da economia, a responsabilidade de fornecer uma resposta para o pensamento filosófico/científico dos modernos.

Adam Smith (1723-1790) considerado uma das grandes figuras da modernidade e pai da economia política apresenta uma solução para a explicação da ordem social que se traduziu para a história das idéias como a matriz da ordem liberal. Sua solução de uma ordem que emerge do mercado substitui a noção de contrato e desloca as disciplinas irmãs da explicação de uma lógica para os fenômenos coletivos: "foi pensando a sociedade como mercado que Adam Smith revolucionou o mundo" (Rosanvallon,1989). Só é possível entender a força da sua solução frente à solução dos filósofos contratualistas (Hobbes, Rousseau e Locke) se o considerarmos entre os grandes pensadores da modernidade, entre aqueles que aceitaram um dos maiores desafios teóricos da filosofia política, qual seja: explicar a emergência e a regulação da ordem recorrendo única e exclusivamente à imponderável e complexa ação dos indivíduos. Tratava-se de fornecer uma explicação para a lógica dos fenômenos coletivos a partir de uma "*démarche*" individual dispensando definitivamente a explicação divina. Os interesses dos indivíduos, exercício puro de sua liberdade de escolha ao invés de se chocarem induzindo à guerra hobbesiana ou à paz instável lockiana, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Essa ordem espontânea - que é o mercado - é um mecanismo natural que age livremente e engendra também naturalmente, o bem estar e a riqueza. O ponto de partida desta solução de uma ordem espontânea que é, ao mesmo tempo, produtora de justiça e de riqueza é a ação de indivíduos interessados no puro exercício de sua liberdade individual de escolha. Adam Smith fará correções no desejo básico do homem, transmudando-o do desejo de glória fratricida de Hobbes para o desejo do homem de melhorar a sua própria condição expresso no desejo de ganho, uma paixão universal herdada

de Hume que assenta a fonte da sociabilidade desta ordem social na troca e no desejo imperioso de acumular dinheiro ao invés de poder político.²

Adam Smith ao pensar a ordem social como uma emergência natural que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais e o traduz em bem-estar para a sociedade definindo que os interesses privados são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Uma solução aparentemente harmoniosa que supõe a dissipação dos conflitos próprios de uma sociedade hierarquizada e dispensa, numa primeira leitura teórica, o príncipe e a moral, dando um papel de destaque para o indivíduo. Além disso, esta solução consiste numa explicação nada trivial que, utilizando-se de uma metáfora – a mão invisível –, funciona como um operador social. Nesse sentido, o mercado é entendido como algo mais complexo do que um *locus* de troca e a mão invisível como mais do que um simples mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social. E não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como a essência da sociedade terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada.

²Entretanto esta solução de uma ordem social espontânea só se viabiliza tendo em vista o diálogo interdiscursivo que foi travado no quadro da história das idéias, sobretudo na filosofia moral anglo-saxônica dos séculos XVI e XVII. A sua solução do mercado tem como pré-condição o direito liberal, que garante o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tomados de Hobbes e Locke). Esta ordem social se assentada no seu fundamento último: o indivíduo e suas paixões mobilizadoras que não mais estariam mais associadas mobilizadas pelo desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmutadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda a sorte de mercadorias sedimentando o interesse privado para uma busca constante do homem em melhorar a sua própria condição (Hume). Esta paixão calma, estável e universal, no sentido de ser comum a todos os homens, estaria livre das idéias de vício e de pecado (Mandeville) e teria como grande aliada a razão expressa na previsibilidade e na prudência. No segundo plano, teríamos um operador, a mão invisível, que substituindo o legislador, permitiria que a busca desses interesses não resultasse na guerra (Hobbes), mas na paz, expressão do interesse coletivo realizado. O mercado, como fator de integração social, atinge todos os planos e, superando o comércio entre nações (Montesquieu), se traduziria no próprio mecanismo de organização da sociedade liberal. A mão invisível, em substituição ao legislador, se tornaria, portanto, o operador último dessa nova ordem social. Esta adquiriria autonomia explicativa nos fundamentos do indivíduo e descartaria para a explicação de sua emergência, o contrato social (Hobbes). (Ganem, 2000)

Entretanto, a teoria de mercado de Smith como uma ordem espontânea e natural pode ser interpretada através de duas leituras sobre a sua obra e que na história do pensamento ficou conhecida como o problema Adam Smith ou *Das Adam Smith Problem*.³

Inúmeros autores dentro da História do Pensamento trataram desta questão que se denominou *Das Adam Smith Problem*, que como sabemos, foi o nome dado pela Escola Histórica Alemã à questão da relação entre a *Teoria dos Sentimentos Morais (TSM)*, publicada em 1759, e a *Riqueza das Nações (RN)*, publicada em 1776. A partir desse marco, duas teses disputaram a verdade sobre a obra de Adam Smith, a primeira definindo uma ruptura na sua trajetória intelectual e, portanto, na obra e a segunda defendendo sua unidade. Fazem parte da tese da ruptura: Roscher (1848); Knies (1853); Skarzynski (1878); Viner (1977) e os iconoclastas Dumont (1977) e Hirschman (1977), além, da leitura canonizada pelos autores neoclássicos. Fazem parte dos adeptos de uma leitura unitária da obra: Morrow (1923), Marshall (1984), Raphael e Macfie (1976), Heilbroner (1984), Bianchi (1988), Dupuy (1992), Todorov (1996), Justman (1996) e Brown (1997) e Zanini (1997).⁴

A primeira leitura pode ser clarificada a partir de um tratamento “evolutivo” sobre a obra e o autor. Em relação aos fundamentos da economia, encontramos algumas variações entre esses autores. Os argumentos vão desde os que defendem claramente a ruptura da obra de Adam Smith e a passagem/superação do filósofo ao economista, até aqueles que constroem seus argumentos através da preocupação em demonstrar que existe um processo na história das idéias que forneceu as condições metodológicas de autonomização da economia. No entanto, o que os une é a busca dos fundamentos da economia e uma perseguição dos seus contornos disciplinares. Levada a extremo, esta leitura significa, em última análise, que: I) todo o debate da modernidade serve apenas para mostrar que a economia persegue fundamentos que lhe permitirão entrar no quadro das ciências, separando-a do príncipe e depois da moralidade; II) a *TSM* se vê transformada em delírio da filosofia moral ou ritual de passagem do jovem e romântico filósofo para o maduro economista da *RN*; III) ocorreria uma ruptura ou mudança de enfoque entre as duas obras, a segunda expressando superação ou redenção da primeira; IV) o sujeito smithiano é visto como um prelúdio do homem

⁴ Ver a propósito: Ganem (2000) onde estes autores são apresentados cronológica e conceitualmente. Ver também Ganem (2002), onde é apresentada pela autora uma possibilidade teórica de continuidade e unidade entre as duas obras.

econômico racional; V) e finalmente, toda teoria de Adam Smith estaria representada na *Riqueza*, considerada como esboço da explicação acabada dos neoclássicos. Esta leitura definiu como grande legado a mão invisível transformada em operador técnico. Um século depois, a teoria neoclássica retomará e traduzirá nos seus próprios termos esta questão. Neste sentido, Walras e seu modelo canônico se constituirá no tratamento teórico rigoroso, posto que oferece uma solução lógico-matemática para a explicação da ordem social de Adam Smith (Ganem, 1996).

Dois pontos teóricos aqui merecem destaque: 1 - a ambição dos grandes teóricos do mercado, entre eles Smith e Walras, por exemplo, de compreender o mercado como ordem social ou como lógica para a explicação dos fenômenos sociais coletivos; 2 - a linha de continuidade que foi explorada pelos próprios neoclássicos – entre a solução da ordem smithiana e o desígnio lógico-matemático de Walras – de demonstrar que a ordem do mercado existe, é estável e ótima, via sua *Teoria do Equilíbrio Geral (TEG)*, vendo, portanto, a solução smithiana como um esboço do modelo canônico walrasiano. Arrow e Hahn honrando a própria tradição neowalrasiana em *Analyses General Competitive*, admitem que Smith “forneceu a contribuição mais importante ao pensamento econômico no entendimento geral dos **processos sociais**” (grifo nosso). Esses autores tratam, por um lado, a solução smithiana como uma referência teórica para a explicação da emergência da ordem social do mercado, um prelúdio da *TEG*. Por outro lado, reafirmam a visão canonizada pelos neoclássicos de que a solução smithiana, embora matriz, foi limitada – porque literária – e que, portanto, mereceria um fino acabamento lógico-demonstrativo. Nos seus termos: "Adam Smith foi o criador da teoria do equilíbrio geral, ainda que se possa colocar em dúvida a coerência e a consistência do seu trabalho." (Arrow/Hahn,1972:14, in Ganem, 1996)

Nessa interpretação da obra de Adam Smith, o interesse se traduz em *self-interest* e princípio explicativo minimal para esta ciência espelhada na física. A idéia da mão invisível como um operador social se dilui e se traduz num mecanismo automático. O mercado se distancia da idéia de ser uma teoria do social, esta se tornando uma pálida referência destituída de seu conteúdo propulsor. Ao invés de ocorrer uma ascensão do econômico ao social (Rosanvallon, 1979), o que se observa é uma redução do social ao domínio agora recortado do econômico. Esta é em última análise, a leitura canonizada da obra de Smith que parte da idéia de que o micro-fundamento da ordem do mercado é definido única e exclusivamente pelos interesses individuais, um componente exclusivamente econômico,

expresso no desejo de ganho ou no desejo de melhorar a sua própria condição, cuja fórmula perfeita poderia se traduzir pelo cálculo racional utilitário. Nesse intento, a *TSM* é considerada como um delírio de filosofia moral de um jovem e romântico filósofo que teria dado lugar ao maduro economista da *RN*. O sujeito smithiano seria visto como um prelúdio ao homem econômico racional e a teoria do mercado de Adam Smith como um esboço da tentativa demonstrativa da ordem racional do mercado via o modelo canônico walrasiano. (Ganem, 1996)

Uma segunda leitura alternativa sobre a obra, o autor e o nascimento da economia mostrou-se, no entanto, possível. E foi tendo em vista esta peculiar tensão que múltiplas questões puderam e podem ser continuamente recolocadas, como por exemplo: o que significa fornecer uma explicação para a emergência de uma ordem social? O que significa afirmar que o mercado para Adam Smith é uma teoria da sociedade? Foi possível explicar a emergência da ordem social liberal, alicerçada em fundamentos puramente econômicos? Ou ainda: Adam Smith consegue recortar o domínio da economia e fazê-la nascer livre da moral e da política? O que significa afirmar que a economia nasceu sob a égide de um filósofo moral? Nesta segunda interpretação temos que a solução de Adam Smith só pode ser compreendida na sua real extensão se levarmos em conta não apenas a complexidade de um processo que teve berço na filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII, mas também o diálogo, a assimilação e o conflito que Adam Smith estabeleceu com este quadro de idéias. Aí sim, o resultado pode ser entendido como a palavra final desse processo ou a melhor explicação para a inteligibilidade da ordem social. Além disso, a competência e a natureza filosófica do autor são inequívocas e estão manifestas na *Teoria dos Sentimentos Morais*. Esta obra é um tratado filosófico e moral que o tempo e o debate provaram que não pode ser descartado. A *Teoria* não é nem obra do delírio nem da imaturidade do autor: o filósofo não se transfigura em economista. A economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral. Dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra sem aceitar a sua unidade. Isto significa iluminar a *Riqueza* com os escritos filosóficos da *Teoria* e entender a relação entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a *TSM* funciona como obra tão importante quanto a *RN*, não sendo portanto a ela redutível. 2) A noção de interesse privado não se esgota no *self-interest* e carrega consigo a moralidade subjacente à noção de amor-próprio. O amor-próprio, eixo do interesse, é uma paixão que retira sua substância do reconhecimento do outro. Ao necessitar visceralmente da aprovação do outro, o sujeito smithiano reafirma ontologicamente sua substancial incompletude. O sujeito smithiano, como um ser incompleto,

está muito mais próximo do *homo mimeticus*, e não pode, portanto, ser entendido como prelúdio do homem econômico racional. 3) o nascimento da economia em Adam Smith não se faz rompendo com a moralidade. Isto significa que ele deixou clara a tensão e a situação paradoxal para seus herdeiros: a autonomia da economia só poderá ser realizada com reduções. Se posteriormente outros teóricos reduzirão a economia, isto é uma outra história. Adam Smith, seguramente, não o fez. 4) e finalmente a mão invisível que dá inteligibilidade a ordem social liberal é mais do que um operador técnico: trata-se de um operador social e a idéia de mercado de Adam Smith se constitui numa teoria da sociedade, numa explicação da lógica dos fenômenos coletivos. Ela é, em última análise, a própria explicação da emergência da ordem social liberal.

Em ambas as leituras da obra de Smith, porém, podemos encontrar pelo menos um ponto em comum: a presença da noção de que a ordem emerge de uma articulação dos interesses individuais que ocorre de forma espontânea e natural, além de ter como resultado o bem-estar coletivo. Sendo os seus resultados naturais eles não demandam planejamento ou preocupação por parte do governante ou da sociedade, não cabendo nesta matriz liberal a preocupação com desenvolvimento econômico. As questões do desenvolvimento, quando aparecem, o fazem da perspectiva da concorrência entre Estados Nacionais e não como um questionamento dos resultados da ordem espontânea e natural emanada dos interesses dos indivíduos dentro do Estado Nacional.

3. Stuart e a contestação do naturalismo da ordem econômica e social.

A contemporaneidade dos trabalhos econômicos de James Stuart (1767) e Adam Smith (1776) poderia ser considerada apenas uma contingência cronológica se pensada a partir dos resultados e recomendações de política econômica explícitos em suas obras. Indo além, Smith e Stuart podem ser pensados como a origem de duas formas diversas de conceber a ordem social e econômica, e, neste sentido, formas distintas de relacionar o indivíduo e esta ordem. Porém, quando analisamos os trabalhos destes autores da perspectiva dos seus métodos, das suas principais questões científicas e de seus principais conceitos analíticos encontramos o “elo perdido” em suas formas de pensar.

A ligação entre estes autores está no entendimento da centralidade do indivíduo como referência analítica. Neste sentido, Steuart e Smith situam-se perfeitamente na tradição do pensamento científico-filosófico do século XVIII e seus trabalhos refletem a principal questão da modernidade: afastar o divino da origem da explicação da sociedade e centrá-la no homem. O indivíduo, para ambos, é de onde são emanados os desejos e as motivações que organizam a sociedade. Suas semelhanças, porém, não vão muito além.

Steuart e Smith fazem uso de um conceito comum: o auto-interesse. Tal princípio tem como base o indivíduo e sua liberdade de escolha elementos bastante preservados na análise de ambos. Porém, apesar de Smith e Steuart possuírem um mesmo ponto de partida para pensar a economia, utilizam formas muito diferentes de articulação deste ponto com sua proposta de análise sistêmica: Steuart compreende que é ação humana, por meio do auto-interesse e do estímulo do Estado, que transforma e orienta o movimento produtivo e gerador de riqueza da sociedade; Smith baseia sua explicação da economia e da sociedade na atuação ordeira da mão invisível do mercado, resultante dos interesses dos indivíduos, por meio da troca.

Da observação da diferença pudemos perceber que, apesar de partir de um ponto semelhante ao de Smith, Steuart trouxe à tona uma explicação da ordem social e da regulação da economia essencialmente diferente daquela smithiana. A base desta explicação pode ser encontrada na perspectiva steuartiana sobre as limitações da economia como ciência.

Apesar de Steuart, como toda a tradição científica escocesa do século XVIII, identificar o indivíduo como o centro da análise e a experiência como a base para a formulação da teoria, este autor possui adicionalmente a particularidade de enfatizar as limitações da economia como ciência (Skinner, 1965). Na concepção de Steuart, a limitação da economia como ciência pura só pode ser superada a partir de uma abordagem histórica. Não existe um sistema econômico abstrato que possa dar conta de explicar completamente os fenômenos econômicos e sociais, objetos desta ciência. Com base neste tipo de articulação de idéias, Steuart fornecerá uma interpretação para o funcionamento da economia que tem como mola-mestra o auto-interesse do indivíduo, mas que precisa ser mediado pelo Estado e pelas relações de produção para ser capaz de determinar o funcionamento da economia e uma ordem harmônica da sociedade.

Sendo assim, Steuart faz questão de deixar bastante claro quais os limites do auto-interesse como princípio organizador da sociedade⁵. O auto-interesse a que ele se refere é o auto-interesse dos súditos, diferente daquele do governante, que deve ser a expressão do espírito público. Ou seja, a questão do espírito público diz respeito estritamente ao governante. Os governados não precisam ter este tipo de sentimento, a não ser que mediado pelo “auto-interesse” e não há nada que os harmonize espontaneamente. Assim, compete ao governante conferir ao Estado Nacional um *status quo* que interesse a sua população. Se o povo se entender agindo em interesse próprio terá uma forte motivação para reproduzir o *status quo* definido pelo “plano do governante”. Há, portanto, um plano do governante que “manipula” e organiza o auto-interesse dos cidadãos.

Esta vertente da obra de Steuart nos coloca diante de duas questões importantes e nos dá a pista da articulação entre o indivíduo e determinação da ordem presente em sua obra. Por um lado, o auto-interesse é o meio pelo qual as “leis da natureza” vão dar regularidade ao sistema econômico, porém não há uma ordem natural derivada deste canal. O auto-interesse é apenas um canal. O mediador e ordenador entre as “leis da natureza”, expressas no auto-interesse, e a ordem social e econômica é o Estado, na figura do Soberano. De fato, no trabalho de Steuart, a regularidade do sistema econômico é dada pela atuação do Estado orientando a produção. Por outro lado, não há qualquer menção à coerção neste processo, o Estado tem que criar mecanismos de estimular o auto-interesse dos indivíduos para mobilizá-los a produzir⁶.

O indivíduo e a ordem social se articulam de uma forma muito diversa daquela encontrada na matriz liberal. Esta é a diferença e o fundamento para uma outra forma de pensar a ordem econômica e social que, a nosso ver, inaugura uma matriz de pensamento heterodoxa. Em Steuart, para se engendrar uma sociedade harmônica que produzisse e ampliasse a sua riqueza faz-se necessário uma intervenção estatal que garantisse que os

⁵ “Espero não ser aqui entendido como dizendo que auto-interesse deveria conduzir o governante em nenhum sentido. Auto-interesse, quando considerado em relação a esta figura, é espírito público, e tal coisa pode apenas ser chamado de auto-interesse, quando é aplicado àqueles que devem ser governados por isto” (Steuart, 1767., Introduction, Livro II).

⁶ É interessante ver como o compromisso com a liberdade de escolha em Steuart é patente no campo econômico. Paradoxalmente, Steuart está associado politicamente a grupos que apoiavam a monarquia absoluta (ver Redman, 1996 e Skinner, 1999). Esta questão perpassa o fato de que os conceitos de democracia, *liberty* e *freedom* eram usados em sentidos diferentes daqueles que possuem hoje em dia. Segundo Redman, “o apoio de Steuart ao Monarca era baseado em uma corrente específica do pensamento grego antigo com raízes nos conceitos Platônicos de *freedom* e *liberty*” e explica a questão afirmando que Platão era positivamente hostil à *freedom*, que identificava com a oportunidade desmedida de se fazer tudo aquilo que se quisesse. Não era a liberdade mas sim a disciplina, baseada na formação filosófica, que faria os indivíduos bons e sociedade estável.”.

indivíduos contribuísem para o plano de prosperidade elaborado pelo governante. Não há ordem harmônica natural. Sem a devida guiança de seu governante os indivíduos livres não teriam motivação para pensar no bem da coletividade, muito menos no bem e na prosperidade do Estado Nacional, no bem-estar coletivo smithiano.

É possível, portanto, formular uma interpretação da obra de Steuart em que o princípio básico da organização de uma sociedade seja a viabilização da subsistência necessária para sustentar uma população crescente e não o auto-interesse puro e simples. A subsistência é parte do auto-interesse, porém sua base material é a produção. Por isso o foco da análise steuartiana sobre a acumulação de riqueza é a evolução do processo de produção de subsistência da população. Neste ponto da análise podemos destacar como a concepção de ordem em Steuart o impulsiona (na verdade, praticamente o obriga) a pensar em desenvolvimento econômico e acumulação como preocupações fundamentais.

Na descrição do processo de acumulação, que reproduz e amplifica esta ordem social e econômica, tanto os métodos de produção da subsistência se complexificam (enquanto se tornam mais eficientes), como a própria subsistência vai incorporando novos padrões de consumo. Seu ponto de partida para a análise de acumulação é uma economia em um estágio primitivo (hipotético) no qual ainda não há propriedade sobre a terra nem há produção. Neste contexto, não se faz necessário que se estabeleçam trocas⁷ no sentido comercial, pois tudo pertence a todos. Quando se estabelece propriedade sobre a terra, mesmo que ainda não haja produção de mercadorias, cria-se uma divisão social. A diferença entre os não-proprietários e os proprietários no acesso à subsistência, que é a base da divisão social, engendra, nesta perspectiva, a necessidade de uma troca comercial para a circulação e distribuição do excedente. É neste ponto que se estabelece uma economia mercantil, ou seja, uma economia em que se produzem mercadorias visando à troca no mercado. Esta perspectiva da acumulação é um recurso que Steuart utiliza para destacar a não naturalidade da troca, bem como a não naturalidade da ordem econômica.

Supomos, então, que é pelo fato da explicação de Steuart para a acumulação de riqueza na economia considerar o indivíduo, mas não baseá-la em uma lógica que emana exclusivamente dele, que Marx (1857) destaca Steuart como um autor que escapou da

⁷ Em inglês há uma diferença importante entre *barter* e *trade* que está relacionada à primeira ser uma transação sem moeda e a segunda ser uma venda ou uma compra contra moeda. A palavra *trade* inclusive pode denominar o que chamamos de comércio, implicando mais fortemente a noção de troca em seu objetivo capitalista, troca de mercadoria em seu sentido marxista. Em português esta distinção foi convencionalizada através do uso da expressão “troca pura” ou da palavra “escambo” para significar *barter* e deixando a palavra troca com um sentido mais genérico que não pode também corresponder ao sentido de *trade* utilizado por Steuart. Dada esta dificuldade, optamos por explicar, em cada ponto do texto, qual o conceito a que estamos nos referindo.

“ingenuidade” (p.26) dos cientistas sociais do século XVIII, que imaginavam que o homem moderno, isolado, independente do meio, formulado como objeto científico no século XVIII fosse o ser humano em seu “estado puro”. Marx (1857) afirma que o homem é um animal social e como tal “só pode isolar-se em sociedade”, isto é, o conceito de homem “livre” do século XVIII surge em um contexto em que as relações sociais atingem seu mais alto grau de desenvolvimento, não sendo, de forma nenhuma, independente destas.

Do nosso ponto de vista, a verdadeira diferença entre Steuart e Smith (como também em relação aos clássicos subseqüentes que “compraram” a visão smithiana) está na suposição steuartiana de que a economia não era capaz de se desenvolver efetivamente se entregue aos seus próprios meios. Todo o seu entendimento da dinâmica econômica identificava a necessidade de um maior ou menor grau de intervenção, a depender do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e do padrão de consumo, para que a economia pudesse crescer.

A perspectiva de análise econômica aberta por Steuart encontrou poucos seguidores no século que transcorre entre sua obra e a de Marx. Naquele século de afirmação definitiva do modo capitalista de produção pouco se produziu sobre os limites e problemas intrínsecos do capitalismo. Além de Malthus e Sismondi com suas críticas implícitas e explícitas à lei de Say, ninguém parecia negar a capacidade natural de reprodução da riqueza daquele sistema.

4. A ordem histórica do capitalismo em Marx

Marx surge então negando toda a “naturalidade” que a economia burguesa atribuía ao processo de produção, distribuição e acumulação de riqueza do capitalismo. Não havia nada de natural nem no processo nem no ator da produção capitalista. O ser humano entendido como indivíduo naturalmente livre dos economistas burgueses, não tinha nada de natural e muito menos de livre na concepção de Marx.

O indivíduo pensado fora de suas condições sociais específicas não era considerado o verdadeiro sujeito do capitalismo. Neste sistema a própria forma de constituição da sociedade cria uma aparência de individualidade e igualdade entre seus participantes, na medida em que todos se apresentam como “mercadores”, indivíduos que trocam mercadorias. No processo produtivo, porém, evidencia-se a enorme diferença existente entre os atores sociais e

econômicos do capitalismo. Tal diferença não se encontra em uma característica efetivamente natural da espécie humana nem é causada pelas diferenças nas tomadas de decisão dos indivíduos, mas na posse ou não de capital, na propriedade privada. A propriedade privada e sua garantia, que formam o ponto de partida para pensar a tradição liberal, são para Marx a fonte da diferença social.

Neste ponto, Marx e Steuart encontram uma raiz analítica comum. Para Steuart, a divisão social também tem origem com o estabelecimento da propriedade privada sobre a terra. Steuart, pensando fora do capitalismo plenamente constituído, pôde até mesmo conceber uma sociedade em que ainda não houvesse produção de mercadorias, mas em que a instituição da propriedade privada determinasse a existência de divisão social. Esta concepção de Steuart pode ser encarada como um espantalho construído para demonstrar que a propensão a trocar não existe na natureza humana. Na verdade, exatamente como em Marx, a origem da troca seria a necessidade. A partir da apropriação da terra e da divisão social dela decorrente, os não-proprietários teriam de restabelecer o acesso a sua subsistência, na medida em que a expropriação os havia obrigado a oferecer serviços a outros para obter seu sustento. Seus indivíduos não são livres no capitalismo, porque estão submetidos à propriedade privada e ao modo de organização social e econômico dela originado.

Mesmo partindo desta concepção inicial que associa negativamente a propriedade privada (e a riqueza privada) com liberdade, Marx e Steuart chegam a resultados diferentes em suas análises sobre a articulação entre o indivíduo e a ordem no capitalismo. Steuart consegue articular, a partir da introdução do conceito de auto-interesse, a noção de um indivíduo livre com a produção de riqueza e da ordem nesta sociedade, apesar da ausência inicial de liberdade suposta pela existência de propriedade privada⁸. Os caminhos filosóficos trilhados por Marx o deixam longe desta conclusão.

O indivíduo a que Marx se refere tem sua liberdade essencialmente reprimida pela existência de propriedade privada. Para Marx, a sociedade capitalista existe porque existe um Estado e as leis que garantem a propriedade privada. Deste modo, Marx constrói sua concepção de ordem a partir de uma perspectiva histórica. A ordem se constitui como um processo histórico e se baseia em instituições sociais muito mais do que em indivíduos.

A crítica e o radicalismo do pensamento de Marx está em ser capaz de discordar que só possa existir sociedade, ordem social e econômica, onde exista propriedade privada e

⁸ Em alguns momentos fica bastante evidente a não linearidade da concepção de liberdade nos grandes pensadores com que estamos trabalhando.

proteção a esta. Em *Para a crítica da economia política* há um reconhecimento claro de que toda forma de produção é “uma apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por meio de determinada sociedade”, porém ridiculariza o salto que identifica esta apropriação com uma forma específica de propriedade, tal como, a propriedade privada. É mais crítico ainda à idéia de que este tipo específico de propriedade fosse considerada natural. Seu argumento é que, historicamente, a propriedade coletiva ou comum foi a forma primitiva, tendo desempenhado um importante papel no progresso material, por exemplo, entre os hindus, os eslavos e os antigos celtas. Além disso, o Estado e a lei, que representam a salva-guarda desta propriedade privada, são nada mais que as relações de direito e a forma de governo próprias do tipo de produção desenvolvida especificamente no capitalismo. Não há nada de natural neles. “A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito da força, por exemplo. Esquecem apenas que o direito da força é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive, ainda que sob outra forma, em seu “Estado de Direito”(Marx, 1857, p. 29)”.

Assim, é negada por Marx toda a solução liberal para a ordem social, que parte da existência de propriedade privada e ganha dinâmica a partir da propensão humana “natural” à troca e do mercado. Em Marx, a noção de troca não aparece como imanente da natureza humana, tal como aparece em Smith e nos clássicos subseqüentes, mas como “uma espécie de recuperação da dimensão social, depois de esta ser negada onde deveria ser imediatamente afirmada, ou seja, no processo de produção, no trabalho” (Napoleoni, p.53). Neste sentido, a existência de troca é conseqüência, fundamentalmente, da perda do caráter social próprio do trabalho humano, perda esta implicada a partir da alienação da subjetividade do trabalhador através da venda (ou troca) da força de trabalho como mercadoria. Desta forma, o sistema capitalista “coisifica” a subjetividade do trabalhador e o submete a vendê-la, dada a diferença social e econômica determinada pela existência de propriedade privada, passando a ser um sistema que contradiz a noção de liberdade em sua raiz.

Sendo assim, mesmo que a sociedade capitalista estabeleça concretamente a noção de indivíduo na medida em que liberte seus membros de uma relação direta de dependência pessoal, como aquelas encontradas no sistema feudal ou escravista, ela os coloca em uma relação de “liberdade” mediada pela troca. A existência de propriedade privada (que define a subsunção formal do trabalho ao capital) e a posterior subsunção real do trabalho ao capital determinam um usufruto indireto dos capitalistas sobre o trabalhador, restabelecendo uma relação de dependência social indireta, porque mediada pela troca, entre os indivíduos

daquelas duas classes descaracterizando a liberdade⁹ inicial dos indivíduos. Por isto, do ponto de vista de Marx, a liberdade individual existente no capitalismo é uma falsa liberdade.

Se para Marx capitalismo e liberdade não combinam, por outro lado o sistema capitalista é extrator e potencializador de riqueza material. Na verdade, a forma de geração de riqueza deste sistema depende do cerceamento à liberdade. Observemos que a produção da riqueza, no capitalismo, é identificada a partir do duplo caráter da troca da mercadoria força de trabalho. Conforme Napoleoni (p.50), “a troca que tem por objeto a força de trabalho, que é uma troca entre equivalentes enquanto se permanece no interior do processo de circulação, é uma troca entre não-equivalentes, caso se considere o processo global que é conjuntamente de circulação e produção”. A mais-valia, a fonte da riqueza, tem origem na diferença entre a quantidade de trabalho fornecida pelo trabalhador no processo de trabalho e a quantidade de trabalho necessária para reproduzir a sua subsistência. Com a mais-valia nasce a capacidade de multiplicação da riqueza do capitalismo.

A questão do desenvolvimento econômico em Marx se processa de forma diferente daquela de Steuart. Marx não questiona a capacidade de crescimento e de acumulação do capitalismo, apenas a considera que reprodutora e aprofundadora das relações sociais perversas existentes no sistema. Mais que isto, em *O Capital*, deixa claro que é da dinâmica do capitalismo, bem como é necessário a ele que a miséria se aprofunde enquanto a riqueza se expande. São exatamente estas as características que vai indicar como as que podem vir a por em xeque o próprio sistema.

Pelo exposto, podemos observar que as visões de ordem social e econômica presentes em Steuart e Marx são bastante diferentes. Enquanto Marx identifica a ordem capitalista com resultado de um processo histórico e descreve e identifica outros tipos de ordem já efetivamente existentes e frutos de diferentes processos históricos e sociais, Steuart considera que a ordem emana do governante ainda que planejada levando em conta os interesses individuais. Sendo assim, como é que podemos pensar que nasce em Steuart e recupera-se em Marx uma noção que pode ser pensada como a origem do pensamento heterodoxo em economia?

A noção comungada por estes autores que contribui conjuntamente para uma formulação heterodoxa de economia política (e de política econômica, no caso de Steuart) é o reconhecimento de que o mercado não é gerador de uma ordem social espontânea e

⁹ O argumento de Marx é que mesmo que consideremos a liberdade dos liberais, a liberdade negativa, só é possível pensar liberdade no capitalismo se a propriedade privada for considerada como natural, for tomada como um pressuposto.

harmônica. O mercado não daria origem nem mesmo a uma ordem econômica harmônica. É neste sentido que, embora a “solução¹⁰” para a ordem econômica e social de Marx (o comunismo, sistema em que poderiam conviver liberdade e riqueza) e a solução de Stuart (a participação do Estado) não sejam convergentes, há um âmbito em que negam fortemente a solução liberal (liberdade negativa e mercado): não crêem na capacidade de geração de riqueza do capitalismo com liberdade no sentido liberal, na medida em que crêem que a garantia do próprio sistema é dada pela a participação do Estado.

5. Conclusão

A análise que fizemos de Smith mostrou a solução do mercado como a matriz liberal. O que constatamos é que a própria natureza do sistema de mercado promove a sua reprodução e a sua ampliação, definindo e subsumindo a acumulação e o desenvolvimento aos parâmetros e à lógica do mercado. É, portanto, a lógica do mercado que se impõe como centro nevrálgico teórico entendida esta ordem como natural e espontânea e resultado de escolhas exercidas por indivíduos pretensamente “livres”.

Stuart e Marx são a crítica a esta visão de organização social e econômica natural. Para estes autores a questão do desenvolvimento se colocava, na medida em que não enxergavam a solução ou a harmonia do sistema com base na livre interação entre indivíduos. Ambos identificavam que havia limitações à liberdade no sistema defendido como inteiramente natural pelos liberais. Neste sentido, propusemos que deste pensamento se origina uma outra corrente de pensamento na economia (que chamamos de heterodoxa) que critica nos seus fundamentos a proposta analítica liberal e se constitui como uma forma alternativa de se pensar a ordem do mercado capitalista.

Referências bibliográficas

BERTRAND, P. “Histoire d'une question - Das Adam Smith Problem”. In: Journée d'Etudes de l'Association Charles Gide pour l'Étude de la Pensée Economique, Paris,1993.

BIANCHI, A.M. A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo, Hucitec,1988.

BROWN, V. “Mere inventions of the imagination; a survey of recent literature on Adam Smith”. In: Economy and Philosophy, n. 13, pp. 281-312,1998.

¹⁰ Entendido o termo solução como a obtenção riqueza com liberdade positiva.

- DUMONT, L. *Homo Aequalis: genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris, Gallimard, 1977
- DUPUY, J. P. *Le sacrifice et l'envie: Le libéralisme aux prises de la Justice*. Paris, Calmann-Levy, 1992a
- _____. *Introduction aux sciences sociales: Logique de phénomènes collectifs*, Paris, Ellipses, 1992b
- GANEM, A. *Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível* in *Revista de Economia Política*, São Paulo, Nobel Editora, v.16.no2, abril-junho, 1996.
- _____. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica, *Revista de Economia Contemporânea* v 4 , no 2, 2000.
- _____. (2002): *Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith* in *Revista de Economia Política*, São Paulo, Nobel Editora, 22(4), 2002.
- HEILBRONER, R. "The socialization of the individual in Adam Smith". In: *History of Political Economy*, n.14(3), pp. 427-439, 1982.
- HIRSCHMAN, A. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Paz e Terra, 1979.
- HOBBS, THOMAS "*Leviathan*" (with selected variants from the Latin edition of 1668) Indiana, Hackett Publishing Company, 1994
- JUSTMAN, S. "Regarding others". In: *New Literary History*, n. 27, pp. 83-93, 1993.
- KOBAYASHI, N., *On the method of Sir James Steuart*, in: TORTAJADA, R. (org); *The Economics of James Steuart*, Routledge, London, 1999.
- MALTA, M.; *James Steuart e o princípio da demanda efetiva*, Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica, Conservatória, 2005 .
- MALTHUS, T. (1820); *Princípios de Economia Política*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.
- MARSHALL, D. "Adam Smith and the Theatricality of Moral Sentiments". In: *Critical Inquiry*, n. 10, pp. 592-613, 1984.
- MARX, K. (1857), *Para a Crítica da Economia Política*, Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 2005.
- MARX, K. (1954), *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, Bertrand Brasil, 1987.

- MARX, K. (1867), *O Capital: crítica da economia política*, Coleção os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985
- MEEK, R.; *The Economics of control prefigured by Sir James Steuart*, Science and Society, 22(4), 1958.
- MIGLIOLI, J.; *Acumulação de capital e demanda efetiva*, Ed.T.A Queiroz, São Paulo, 1982.
- MORROW, G. "The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith". In: Philosophical Review, n. 32, 1924.
- _____. The ethical and Economic Theory of Adam Smith. New York, Longmans, Green and Co., 1969.
- NAPOLEONI, C., O valor na ciência econômica, Livraria Martins Fontes, Rio de Janeiro, 1977.
- PASQUINO, P. "Sieyes et L'Invention de la Constitution en France". Paris, Éditions Odile Jacob, Avril 1998
- RAPHAEL, D.D. (1975) "*The Impartial Spectator*". In: Skinner, A e Wilson, T. (org.), Essays on Adam Smith, Oxford, Clarendon Press, 1975.
- RAPHAEL, D.D. e MACFIE Introduction of The Theory of Moral Sentiments, Oxford, Clarendon Press, 1976.
- REDMAN, D. Economic and the Philosophy of Science, Oxford University Press, 1991.
- REDMAN, D., *Sir James Steuart's Statateman Revisited*, Scottish Journal of Political Economy, vol 43 (1), February, pp. 48-70, 1996.
- ROSANVALLON, P.; *Le Libéralisme Economique: histoire de l'idée de marché*, Paris, Editions du Seuil, 1979.
- SKINNER, A.S.; *Sir James Steuart: a perspective on Economic Policy and Development*, in Quaderni di Storia Dell'Economia Politica, vol.3, 1985
- SKINNER, A.S.; *Introduction: Sir James Steuart and the Jacobite connection*, in: TORTAJADA, R.(ed), The Economics of James Steuart, Routledge, 1999.
- SKINNER, A.S.; *James Steuart: aspects of economic policy*, in: TORTAJADA, R.(ed), The Economics of James Steuart, Routledge, 1999.
- SKINNER, A.S.; *Sir James Steuart: Economics and Politics*, Scottish Journal of Political Economy, vol.9, February, 1962
- SKINNER, A.S; "*The Idea of Negative Liberty*" in R. Rorty, J.B. Schneewind, and Q. Skinner (eds.) Philosophy in History, Cambridge: Cambridge University Press, 1984
- SMITH, A. (1776), *A Riqueza das Nações*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

STEUART, J.; *An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy*, Printed for A. Millar, and T. Cadell, Strand, London, 1767.

VINNER, J.; *Adam Smith y lo laisser faire in Spengler*, in J. e Allen, W. (org.); El pensamiento economico de Aristoteles a Marsall, Madrid, Editorial Tecnos, 1971.

ZANINI, A.; *Adam Smith: Economia, Moralle, Diritto*, Edizione Scolastiche Bruno Mandadori.